



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - QUADRA 09, LOTE C, EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE, TORRE A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF
Telefones: 61. 2025. 3524/3525/3535/9192 Fax: 61. 2025.9604, E-mail: conanda@sdh.gov.br Site: www.sdh.gov.br

Ofício Circular nº 05 /2012/CONANDA/SNPDCA/SDH/PR

Brasília - DF, 28 de fevereiro de 2012.

Aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assunto: Suspensão dos efeitos da decisão de 1ª instância na Ação Civil Pública contra a Resolução 137/2010 do CONANDA.

Senhores Conselheiros,

1. Tramita no âmbito da Justiça Federal Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, em desfavor da União, em que objetiva seja declarada a nulidade dos arts. 12 e 13 da Resolução 137/2010 do CONANDA. Em 09/09/2011, foi proferida sentença pela 21ª Vara Federal que julgou, em primeira instância, parcialmente procedente o pedido para declarar a nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução 137/2010 do CONANDA.
2. Diante desse cenário, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Advocacia Geral da União – AGU, recorreu da decisão, salientando os graves efeitos dessa sentença para os Fundos da Infância e Adolescência.
3. Finalmente, o Presidente do TRF da 1ª Região, Desembargador Olindo Menezes, sensível à causa, cassou os efeitos da sentença de 1ª instância. Assim, a decisão proferida na referida sentença não tem eficácia ao CONANDA e nem aos demais Conselhos dos Direitos, de forma que a Resolução 137/2010 do CONANDA continua produzindo efeitos (inclusive os seus Artigos 12 e 13). Seguem maiores esclarecimentos na Nota Técnica anexa, elaborada pela AGU.
4. Por fim, informamos que, a partir de agora, os esforços estarão concentrados na ação principal ajuizada pelo Ministério Público Federal, a fim de se fazer prevalecer as razões do CONANDA e dos demais Conselhos dos Direitos. Ademais, solicitamos a gentileza de divulgarem essa informação aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos demais parceiros e interessados.

Atenciosamente,

Luciane Escouto

Coordenadora-Geral do CONANDA





ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Regional da União – 1ª Região

NOTA TÉCNICA Nº 02/2012/AGU/PRU1/CGAEST/CH

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2012.

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0006955-62.2012.4.01.0000

REQUERENTE : UNIAO

REQUERIDO : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA - DF

AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCESSO DE ORIGEM: Ação Civil Pública n. 33787-88.2010.4.01.3400/DF.

Trata-se de decisão proferida pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferindo o pedido da União na SLAT nº 0006955-62.2012.4.01.0000, suspendendo os efeitos da sentença prolatada na Ação Civil Pública n. 33787-88.2010.4.01.3400, a qual havia determinado o seguinte:

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução CONANDA nº 137/2010 e determinar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente se abstenha de disciplinar a distribuição de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de captação direta de recursos por particulares ou por meio de doações vinculadas até que sobrevenha autorização veiculada em lei formal, mantendo, contudo, todos os atos praticados por aquele Conselho que tenha por fundamento a mencionada Resolução até a presente data.

Diante desse desate e considerando a possibilidade de prejuízo aos cofres públicos e ao sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente, REVOGO a decisão de fls. 401/403 e DEFIRO EM PARTE o pedido de liminar, para determinar a suspensão imediata da eficácia dos artigos 12 e 13 da resolução CONANDA nº 137/2010, ressalvados os projetos em andamento, nos termos desta sentença.

4



A decisão da Presidência do TRF-1ª Região possui o seguinte dispositivo:

4. A interpretação que o MPF e a sentença deram aos artigos 12 e 13 da Resolução Conanda n. 137/2010, para justificar a sua declaração de nulidade, não se afigura a que melhor consulta ao interesse público dos Fundos de Direito da Criança e do Adolescente.

Por via de consequência, a execução imediata da sentença implica grave lesão à ordem pública, considerada em termos de ordem administrativa, uma vez que interfere indevidamente nas atribuições e competência do Conanda, com aptidão concreta para acarretar substancial decréscimo nas doações para os Fundos da Criança e do Adolescente.

Tal o contexto, defiro o pedido de suspensão da execução da tutela antecipada.

Comunique-se, com urgência, ao juízo prolator da decisão. Intimem-se. Preclusas as vias impugnatórias, arquivem-se os autos.

Constata-se, assim, que a decisão antecipatória de tutela proferida no bojo da sentença na Ação Civil Pública n. 33787-88.2010.4.01.3400/DF **encontra-se desprovida de força executória**, em razão do que restou decidido pela i. Presidência do TRF-1ª Região na SLAT nº 0006955-62.2012.4.01.0000.

Ressalte-se que a referida decisão na SLAT nº 0006955-62.2012.4.01.0000 pende de julgamento definitivo pela Corte Especial do TRF-1ª Região, tendo em vista a possibilidade de interposição de agravo regimental pelo Ministério Público Federal.


CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE

Advogado da União

Coordenador-Geral de Ações Estratégicas – 1ª Região